

GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL EM ROTA DE COLISÃO

Sociedade civil exige prorrogação do prazo para análise do anteprojecto da revisão da Política Nacional de Terras

- No âmbito da revisão da Política Nacional de Terras, a Comissão de Revisão da Política Nacional de Terras (CRPNT) agendou uma reunião com as organizações da sociedade civil interessadas no processo para discutir os passos seguintes. As organizações da sociedade civil foram ao encontro de sexta-feira, 01 de Abril, com a expectativa de obter resposta ao pedido de prorrogação do prazo, de um para três meses, para a análise do documento de diagnóstico produzido no âmbito da auscultação pública e do anteprojecto da Política Nacional de Terras.



Porque não houve nenhuma resposta ao pedido, as organizações da sociedade civil decidiram abandonar o encontro que, além da Comissão de Revisão da Política Nacional de Terras, contava com a presença da Secretária Permanente do Ministério da Terra e Ambiente, Emília Fumo. A sociedade civil considera impossível trabalhar e finalizar a análise dos dois documentos dentro de 30 dias, dada a complexidade do diagnóstico que deve reflectir os anseios da maioria dos moçambicanos.

Entretanto, a Comissão de Revisão da Política Nacional de Terras insiste que a sociedade civil analise e trabalhe nas duas propostas (diagnóstico e anteprojecto) em simultâneo, num período de 30 dias, ignorando o pedido submetido ao Gabinete da Ministra da Terra e Ambiente, Ivete Maibaze. Quatro dias depois de ter abandonado a reunião com Comissão de Revisão da Política Nacional de Terras, as organizações da sociedade civil reuniram-se virtualmente para decidir outros mecanismos por forma a dar seguimento com o processo.

No encontro, os participantes acordaram que devem continuar a exigir uma resposta ao pedido submetido ao Gabinete da Ministra da Terra e Ambiente; acordaram ainda que devem elaborar um novo documento de diagnóstico e promover encontros nas comunidades rurais em todas as províncias.

Apesar de reconhecer ter havido falhas no processo de auscultação de diferentes partes interessadas na revisão da Política Nacional de Terras, o Governo diz que o diagnóstico produzido é legítimo. Trata-se de um argumento contraditório, pois ao reconhecer ter havido erros no processo de auscultação em alguns pontos do país, seria lógico afirmar que o diagnóstico não é legítimo. Uma publicação do Observatório do Meio Rural mostra que não foi feita quase nada para assegurar a inclusão das populações deslocadas devido ao extremismo violento em Cabo Delgado e aos desastres naturais no centro e norte do país, bem como das camadas mais vulneráveis da sociedade¹.

Na verdade, a auscultação pública para a revisão da Política Nacional de Terras decorreu num contexto marcado pela pandemia da COVID-19, do extremismo violento em Cabo Delgado, da tensão político-militar em Sofala e Manica, e dos desastres naturais no centro e norte do país, factores que concorreram para a exclusão de uma parte significativa da população que se encontrava deslocada das suas zonas de origem.

A sociedade civil denuncia ainda a introdução de elementos no diagnóstico e no ante-



Créditos: O País



Créditos: terra_Folha de Maputo

projecto da revisão da Política Nacional de Terras que não saíram do processo de auscultação. A título de exemplo, aponta para a colateralização do Direito do Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT), ou seja, a entrega do DUAT como garantia para empréstimos bancários.

O primeiro diagnóstico da auscultação foi elaborado pelo Governo e apresentado à sociedade civil em Dezembro do ano passado. Dias depois, os representantes da sociedade civil no processo devolveram o documento com algumas retificações. Enquanto aguardavam pela resposta da proposta enviada,

o Governo publicou o anteprojecto da revisão da Política Nacional de Terras, sem levar em consideração as observações feitas pela sociedade civil.

O CDD entende que o Governo deve conduzir o processo de revisão da Política Nacional de Terras e legislação conexas de forma transparente e inclusiva para permitir que os novos instrumentos a serem aprovados pela Assembleia da República reflectam os desejos da sociedade moçambicana.

¹ <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/Webinars-Contribui%C3%A7%C3%B5es-para-a-revis%C3%A3o-da-pol%C3%ADtica-nacional-de-terras.pdf>



Créditos: WordPress.com



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Joana da Lúcia
Equipa Técnica: Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

Twitter: CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

